



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
1712/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Rua Álvaro da Silveira, na altura do nº 790, na esquina com a Rua Sebastião Rabelo, Bairro Santa Margarida com a finalidade de tomar providências para definir a destinação de imóvel público, em que outrora funcionava a Associação dos Moradores do Bairro Santa Margarida, que vem sendo usado para práticas ilícitas

A referida visita ocorrerá no dia 14/07/2023, às 10h, com ponto de encontro em Rua Álvaro da Silveira, nº 790, na esquina com a Rua Sebastião Rabelo.

Sugiro sejam convidados:

- Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- Exmo. Sra. Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;
- Exmo. Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção;
- Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- Sr. Henrique Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- o Exmo Sr. Charles Martins Diniz, Secretária Municipal de Educação;
- o Exmo Sr. Danilo Borges Matias, Secretário Municipal de Saúde;
- Sra. Lidiane De Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento da Regional Barreiro.

Belo Horizonte, 23 de Junho de 2023.

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Vereador Irlan Melo
Líder do Patriota

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2023.06.28 17:35:19 -03'00'

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 28/06/23
HORA: 17:40

SL 3924

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação	28/06/2023 20:41:11 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Visita Técnica - Rua Álvaro da Silveira.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	e846922ff3de508793dc71638ab4ee8dfbdc6261723c311ea424ee845e093386
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

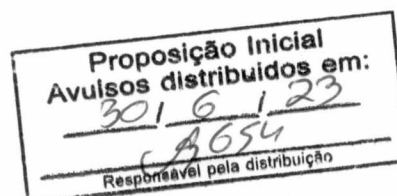
▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	28/06/2023 20:35:19 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

1732/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua Paulo Timóteo do Nascimento, bairro Santa Cruz, Regional Nordeste, CEP: 31.150-570, BH/MG, com a finalidade de verificar a possível recomposição e pavimentação asfáltica em trecho da via, compreendido entre as ruas Glaura (CEP 31.150-480) e São Leopoldo (CEP 31.130-710). A referida visita ocorrerá no dia **31/07/2023, segunda-feira**, às **11h30** com ponto de encontro na Rua Paulo Timóteo do Nascimento, 319 – Santa Cruz.

A realização desta visita técnica se justifica pelo fato de a via estar com grandes necessidade de um recapeamento asfáltico, considerando que existem buracos que dificultam a vida dos transeuntes e a passagem de veículos.

Sugiro sejam convidados:

NOME	POSIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Sr. Marcelo Camargos	Coordenador Regional Nordeste	R. Queluzita, 45 – São Paulo, BH/MG	(31) 3277 6718	care-ne@pbh.gov.br
Sr. Leandro César Pereira	Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura	R. dos Guajajaras, 1107, Centro, BH/MG	(31) 3277 5010	Gabinete.smobi@pbh.gov.br
Sr. Josué Valadão	Sec. Mun. de Governo	Av. Afonso Pena, 1212 - 5º andar, Centro - BH/MG	(31) 3277 4001	smgo@pbh.gov.br
Sr. Henrique de Castilho	Superintendente da SUDECAP	R. dos Guajajaras, 1.107 – Centro, BH/MG	(31) 3277 8001	Henrique.castilho@pbh.gov.br
Sr. Roberto Carlos	Morador			r.carlos@outlook.com
Sr. Luiz Felipe	Morador			colklanches@gmail.com
Sr. João	Morador			joacocolen00@gmail.com

Durante a visita técnica, os representantes da Prefeitura deverão apresentar as informações referentes às possíveis soluções e os respectivos prazos de implantação.

Belo Horizonte, ____ de junho de 2023.

WESLEY
MOREIRA DE
PINHO:0031518
7611

Assinado de forma digital por WESLEY
MOREIRA DE PINHO:00315187611
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=09461647000195,
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF
A3, cn=WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
Dados: 2023.06.29 16:15:28 -03'00'

Vereador Wesley Moreira
PP

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 29/06/23
HORA. 16:15

SL 3994

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 29/06/2023 19:29:27 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Requerimento de Visita Técnica - Pavimentação da Rua Paulo Timoteo do Nascimento.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 02142925a134061e94820897dea42859ffcd0bdf873e05111571f781343252fa
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:***151876**, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

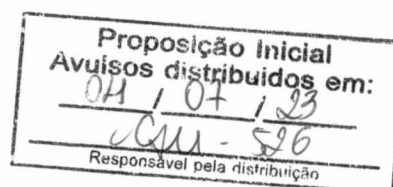
▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 29/06/2023 19:15:28 UTC
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº (Vinculado ao nº 1284/2023) **1733/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao Secretário Municipal de Governo, Josué Costa Valadão; e à Gerente Regional de Manutenção Norte, Natália Luana Oliveira, pedido de informação para que seja disponibilizado relatório, feito pela GERMAN, da visita técnica realizada no dia 29/05/2023 às 14h30, na Avenida Cristiano Machado, próximo ao nº 10.689.

A referida visita teve como objetivo verificar as condições na Avenida Cristiano Machado, próximo ao nº 10.689, em razão de, continuamente, os sistemas de drenagem localizados na região não darem conta do volume de água pluvial que recebe das chuvas, o que leva ao alagamento da área e por consequência coloca em risco a segurança e a saúde dos moradores e dos estabelecimentos da região.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2023.

ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:0484
1792686

Assinado de forma digital por ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.06.30 17:34:16 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**
Podemos/MG

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 30/06/23
HORA: 17:35

5124023

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 30/06/2023 20:36:01 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Requerimento - Pedido de informação.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	c3d9330dfccba2c4753e126d0d28d8043fcd3dd799fcf73bbf4837c4fba10635
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

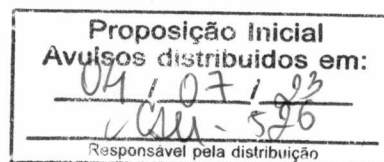
▼ BR Assinatura por CN=ELIZETE LOIDE GONCALVES TAVARES:***417926**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	30/06/2023 20:34:16 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

Requerimento de Comissão N° _____

1734/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública, no dia 12 de julho de 2023, às 13h30, no Plenário Camil Caram. para tratar do seguinte assunto: A situação dos carroceiros diante da diminuição do prazo para o fim dos veículos de tração animal em BH.

Os carroceiros de Belo Horizonte se preocupam diante da redução para 05 anos, da substituição total dos veículos de tração animal, proposta pelo PL 455/2023. Diante desse panorama, se faz necessário essa Audiência Pública para discutirmos os desafios do atual cenário em Belo Horizonte, e principalmente pensarmos em perspectivas para a melhoria desse contexto.

A lista de convidados será fornecida posteriormente.

Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2023.

IZABELLA LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:11468145690
5690

Assinado de forma digital por
IZABELLA LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:11468145690
Dados: 2023.07.03 14:15:25
-03'00'

Excelentíssimo Senhor Vereador Wilsinho da Tabu.

Presidente da Comissão de Administração Pública.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO N° 14/2021
DATA: 03/07/2023
HORA: 14:19

Sl 4031

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 03/07/2023 17:21:00 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Protocolo - Requerimento de audiencia pública - carroceiros.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 41ce385baf4c24f1a07b82c53033f6ad4c04d325209f9dec2a5911f7a12156f
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

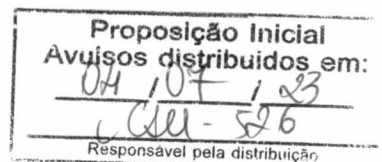
▼ BR Assinatura por CN=IZABELLA LOURENCA AMORIM ROMUALDO:***681456**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 03/07/2023 17:15:25 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão REQUERIMENTO Nº **1735/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Praça Oscarina Benedicta de Moura, entre a Rua Walmique Santos e Rua Senhora do Porto, no Bairro Palmeiras com a finalidade de solicitar a implantação de equipamentos diversos na praça supracitada, como bancos, brinquedos, academia a céu aberto, iluminação e jardinagem.

A solicitação justifica-se tendo em vista que a Praça Oscarina Benedicta de Moura não possui benfeitoria e está totalmente abandonada pelo poder público, sendo utilizada apenas para práticas ilícitas e gerando insegurança. Os moradores necessitam que a PBH implante equipamentos de lazer e estruture o local para que o espaço seja aproveitado pela comunidade para convívio social e melhoria na qualidade de vida.

A referida visita ocorrerá no dia 27/07/2023, às 10:00h, com ponto de encontro na Praça Oscarina Benedicta de Moura, entre a Rua Walmique Santos e Rua Senhora do Porto, Bairro Palmeiras.

Sugiro sejam convidados:

- Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- Sr. Henrique Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- Exma Sra. Adriana Branco Cerqueira Secretária Municipal do Esportes e Lazer;
- a Sra. Luciane Carvalhais, Coordenadora de Atendimento Regional Oeste.

Belo Horizonte, 03 de Julho de 2023.

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.07.03 14:57:19
-03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder do Patriota

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/07/2023
HORA: 15:40

511 4034

Instituto Federal de
Tecnologia do Rio de Janeiro

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 03/07/2023 18:27:48 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Visita Técnica - Praça Oscarina Benedicta De Moura.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 417d1206176634c1de8ea8ef321c44c8c418594990e5c1e8efc83d32d90860ba
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

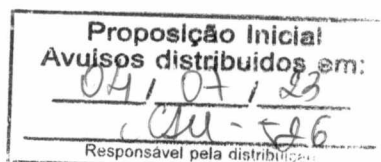
▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 03/07/2023 17:57:19 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQ 1736/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, ao Secretário Municipal de Governo, Josué Costa Valadão; e ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira, pedido de informação para que seja enviada cópia do projeto de reforma da pista de caminhada da via 240, bairro Tupi, Belo Horizonte/MG, conforme solicitado pelo ofício 354/2023; bem como sejam respondidos os seguintes quesitos.

1. Existe previsão de início e término para a obra de reforma da pista de caminhada da via 240?
2. O projeto de reforma já está pronto? Se sim, peço que encaminhe o projeto.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

ELIZETE LOIDE
GONCALVES
TAVARES:0484
1792686

Assinado de forma
digital por ELIZETE
LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.07.04
12:23:05 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**
Podemos/MG

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 04/07/2023 15:28:33 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Requerimento - pedido de informação - Reforma da pista de caminhada via 240.pdf
Resumo SHA256 do arquivo b759f02df6eef563b409a45bdb76d42564d8cd6fcdea1c59f2edb923b97ff0c
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

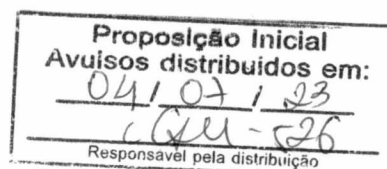
▼ BR Assinatura por CN=ELIZETE LOIDE GONCALVES TAVARES:***417926**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 04/07/2023 15:23:05 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Requerimento de Comissão

RE 1741/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 48, inc. II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Prefeitura de Belo Horizonte, na pessoa do Prefeito Fuad Noman e à Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel), na pessoa do Diretor-Presidente da Prodabel Jean Mattos Duarte, pedido de informação sobre um lote vago localizado na avenida Portugal, próximo ao número 5000, bairro Itapoã.

Tais informações se justificam uma vez que este espaço tem sido constantemente utilizado como ponto de descarte irregular de lixo doméstico, resíduos comerciais e restos de obras, além da presença de porcos que frequentemente reviram o lixo.

Visando dar uma uma melhor utilidade para o terreno, questiona-se:

1. Quais as coordenadas corretas do lote vago localizado na avenida Portugal, próximo ao número 5000, bairro Itapoã?
2. Quem é o proprietário do lote vago localizado na avenida Portugal, próximo ao número 5000, bairro Itapoã?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 07/10/23
HORA: 15:27
SIL 4063

Assim, cabendo a essa Casa Legislativa o poder de fiscalização e aprimorar os atos da Administração Pública, as informações requeridas irão possibilitar uma melhoria na qualidade de vida dos moradores da regional Pampulha.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

MARCELA DE
LACERDA

TROPIA:12393283625

Assinado de forma digital por

MARCELA DE LACERDA

TROPIA:12393283625

Dados: 2023.07.04 15:20:18

-03'00'

Vereadora Marcela Trópia
NOVO

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 04/07/2023 18:31:19 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 30_06_2023 - Req. informações - Comissão de ADM Pública - Identificação de Terreno - Bairro Itapuã (assinado).pdf
Resumo SHA256 do arquivo 7669a297ce3f33f85eeac1f1436f468b7cfb357ed9c776d2d0a9644c8956639c
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

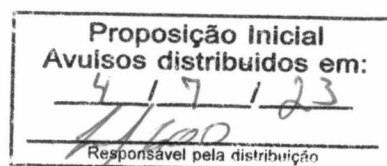
▼ BR Assinatura por CN=MARCELA DE LACERDA TROPIA:***932836**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 04/07/2023 18:20:18 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Administração Pública Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 316/2022


Relatório

O Projeto de Lei nº 316/2022 (doravante denominado "PL 316/2022"), que *"torna obrigatória a afixação de cartaz com informações suficientes para denunciar a presença de criança ou adolescente em estabelecimento que comercialize produtos com conotação sexual ou erótica"*, de autoria do Vereador Álvaro Damião, foi protocolado em 23/03/2022.

Autuado, o PL foi apreciado em 1º Turno pela Comissão de Legislação e Justiça, com parecer pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da proposição. Na Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, não houve parecer em 1º Turno. Ato seguido, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana em 1º Turno, foi aprovado parecer pela aprovação da proposição. Em seguida, nesta Comissão de Administração Pública, também não houve parecer em 1º Turno. Além disso, foi apresentada a Emenda nº 1/2023 pelas Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença. Por fim, ainda em 1º Turno, o PL foi submetido ao Plenário em 09/02/2023, ocasião em que foi aprovado com 33 (trinta e três) votos favoráveis e 6 (seis) votos contrários.

Iniciada a tramitação em 2º Turno, uma vez que foi apresentada emenda, esta foi apreciada pela Comissão de Legislação e Justiça, em que foi aprovado parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1/2023. Quanto à Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, foi aprovado parecer pela aprovação da Emenda nº 1/2023. Por sua vez, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, foi aprovado parecer pela rejeição da Emenda nº 1/2023.

Finalmente, a proposição foi submetida a esta Comissão de Administração Pública em 2º Turno, em que fui designado Relator, razão pela qual passo então a emitir o parecer acerca da matéria referente à Emenda nº 1/2023 do Projeto de Lei


WAGNER FERREIRA
VEREADOR CONFORME
REGISTRO Nº 14/2021
ATA 98 106 2023
ORA. 13:24



nº 316/2022, quanto ao mérito, nos termos do art. 52, inc. II, c/c art. 85 do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que este parecer deve se ater à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 316/2022, qual seja, a Emenda nº 1/2023, apresentada pelas Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença.

Quanto a esse ponto, é cediço que a temática meritória desta Comissão é prevista nas alíneas do inc. II do art. 52, do Regimento Interno desta Câmara, a saber:

“Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

(...)

II - Comissão de Administração Pública:

- a) organização político-administrativa do Município;*
- b) política de descentralização e regionalização da atividade administrativa;*
- c) instrumentos de participação popular na administração pública;*
- d) planos de inter-relação dentro da região metropolitana;*
- e) regime jurídico dos servidores públicos;*
- f) sistema previdenciário dos servidores;*
- g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;*
- h) delegação de serviços públicos;*
- i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;*
- l) matéria referente ao direito administrativo em geral”.*

Assim sendo, para análise temática desta Comissão, cumpre destacar pormenorizada e individualmente o teor da Emenda nº 1/2023, sob o prisma das alíneas “a” a “l” do inc. II do art. 52 do Regimento Interno, notadamente, nos pontos em que há alteração na redação da proposição original, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Emenda nº 1/2023

Quanto à Emenda nº 1/2023, de caráter supressiva, percebe-se que diverge do projeto original apenas ao determinar a supressão do art. 2º e de seus parágrafos. Por isso, é necessária a análise do teor dos dispositivos que a Emenda visa suprimir:

“Art. 2º - O descumprimento desta lei acarretará ao infrator, gradativamente:

I - advertência, com notificação ao responsável para providenciar a regularização no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II - multa, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), corrigida anualmente;

III - aplicação da multa em dobro, em caso de reincidência.”

Desta forma, denota-se que a Emenda proposta pelas Vereadoras, busca afastar a previsão de sanção para o infrator da legislação, que prevê obrigação para os estabelecimentos que comercializem produtos “*com conotação sexual ou erótica*”. Em verdade, o tema trata do direito administrativo em geral, matéria afeta a esta Comissão (art. 52, inc. II, alínea “I” do Regimento Interno desta Casa), de modo que, sobre esse ponto específico, passo a analisar a emenda.

Do ponto de vista administrativo, a sanção de multa ou advertência para determinada conduta é tratada como emanção do *Poder de Polícia* da Administração Pública, notadamente, do que José dos Santos Carvalho Filho¹ denomina *Sanção administrativa, in verbis*:

“Sanção administrativa é o ato punitivo que o ordenamento jurídico prevê como resultado de uma infração administrativa, suscetível de ser aplicado por órgãos da Administração. A infração administrativa, por sua vez, configura-se como o comportamento típico, antijurídico e reprovável idôneo a ensejar a aplicação de sanção administrativa no desempenho de função administrativa. Se a sanção resulta do exercício do poder de polícia, qualificar-se-á como sanção de polícia”

Em se tratando de emanção do Poder de Polícia, no caso de sanção administrativa, sabe-se que há entendimentos de que a previsão de sanção administrativa por parte de iniciativa parlamentar pode incidir em interferência

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos - Manual de direito administrativo - 27. ed. rev., ampl. e atual. Até 31-125-2013. São Paulo: Atlas, 2014, p. 93.


WAGNER FERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

indevida no exercício do poder de polícia e, por conseguinte, se imiscuir em matéria de competência própria do Poder Executivo, o que seria eventual afronta aos princípios da reserva de administração e da separação de poderes (art. 2º c/c inc. II do § 1º do art. 61 e com o inc. II e a alínea "a" do inc. VI do art. 84 da CF).

Sobre esse ponto, ainda que este parlamentar não coadune com o entendimento supracitado, certo é que tal posicionamento é possível, inclusive por parte do Poder Executivo, que pode eventualmente vetar proposição legislativa que, segundo tal interpretação, poderia incidir em violação à separação de poderes.

Desse modo, sem adentrar discussões sobre a constitucionalidade do art. 2º e seus parágrafos, previstos no projeto original - o que compete à egrégia Comissão de Legislação e Justiça desta Casa -, certo é que manter a previsão de sanção administrativa, por iniciativa parlamentar, pode ocasionar futuro e eventual veto, ainda que parcial, ao projeto, ou mesmo discussões judiciais sobre o tema.

Afinal, tratando-se de matéria de sanção administrativa, merece destaque novamente a lição de José dos Santos Carvalho Filho² sobre o tema, ao relembrar as lições de Edilson Pereira Nobre Júnior³, ao citar o seguinte:

"Não se deve esquecer que as sanções devem ser aplicadas em observância ao devido processo legal (due process of law), para que se observe o princípio da garantia de defesa aos acusados, inscrito no art. 5º, LIV e LV, da CF (...). Como se trata de processo acusatório, deve reconhecer-se a incidência, por analogia, de alguns axiomas consagrados no âmbito do Direito Penal e Processual Penal.

Destarte, voltando-se ao PL e ao dispositivo em discussão, poder-se-ia cogitar até mesmo de eventual discussão judicial, pelo infrator, que eventualmente for penalizado com as sanções previstas no art. 2º do PL em sua redação original (caso se torne lei), arguindo que houve afronta ao devido processo legal na tramitação legislativa da norma, cenário este que certamente se busca evitar.

2 Idem, p. 94.

3 NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. Sanções Administrativas e princípios de direito penal (RDA, v. 219, p. 127-151, 2000).

WAGNER FERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Assim sendo, de modo a afastar qualquer discussão (seja em sede de eventual veto por parte do Poder Executivo, seja em sede de eventual ação judicial questionando os dispositivos ou seus efeitos legais), entendo por pertinente a Emenda nº 01/2023, que suprime os dispositivos trazidos no art. 2º do projeto original e evita, sobremaneira, qualquer chance de discussão como a trazida neste parecer.

Por essa razão, entendo que a Emenda nº 1/2023 merece ser acolhida, uma vez que, ao menos em teoria, a Emenda nº 1/2023 facilita a tramitação legislativa e a eficácia da proposição, furtando-se a discussões que possam gerar vetos do Executivo ou questionamentos judiciais posteriores, no que tange à matéria do direito administrativo em geral. Destarte, entendo pela aprovação da Emenda nº 1/2023.


Conclusão

Ante o exposto, nos aspectos em que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação da Emenda nº 1/2023.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2023

WAGNER DE JESUS
Assinado de forma digital por WAGNER DE JESUS
FERREIRA:03699681661
Dados: 2023.06.28 13:22:28 -03'00'

Vereador Wagner Ferreira - PDT
Relator


WAGNER FERREIRA
VEREADOR

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 28/06/2023 16:25:36 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer - PL 316-2022 - 2o turno - 2 (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo f42aaae3f0b6b55d0d9ccf5af6e2f3eb638d2d8f55aed29bf7eed93f7acf9b22
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:***996816**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 28/06/2023 16:22:28 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER DE 1º TURNO SOBRE PROJETO DE LEI Nº 527/23

1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) **Ciro Pereira**, o Projeto de Lei em epígrafe que "Cria a política de estímulo à inovação por meio do Ambiente Regulatório Experimental de Belo Horizonte - BH Sandbox, nos termos do art. 11 da Lei Complementar Federal nº 182/21.", vem à esta Comissão para análise e parecer em 1º turno.

Seguindo o rito regimental, vem a proposta às comissões de mérito a fim de que seja analisado o PL 527/2023.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alínea "g" do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei propõe a criação da política de estímulo à inovação por meio do Ambiente Regulatório Experimental de Belo Horizonte, também conhecido como BH Sandbox. Este projeto é uma resposta ao modelo britânico de "sandbox" regulatório, que foi introduzido no Brasil pela Lei Complementar Federal n.º 182/21, conhecida como Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador.

O BH Sandbox é um ambiente de teste que permite que empresas, especialmente startups, testem propostas inovadoras no mercado com consumidores reais em um ambiente público. Este ambiente de teste é temporário, seguro, controlado e limitado no tempo. A ideia é que as inovações propostas possam beneficiar os consumidores, os mercados e a própria gestão pública.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/10/2023
HORA: 14:19



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O PL estabelece diretrizes para a política de estímulo à inovação, incluindo a definição dos ambientes BH Sandbox, a fixação de critérios, períodos, regras, procedimentos e prazos para a seleção de projetos, a elaboração e publicação de chamadas para cada ciclo experimental, a proteção de dados pessoais e criações, a regulação e gestão dos bancos de testes do município, o monitoramento e avaliação da eficácia dos ambientes BH Sandbox, entre outros.

Os participantes dos ambientes BH Sandbox têm direitos e deveres estabelecidos pelo PL. Entre os direitos estão o tratamento igualitário e impessoal, um ambiente seguro durante todo o ciclo experimental, a diversificação de áreas de estudo, o monitoramento, a orientação e a prestação de informações complementares. Entre os deveres estão o cumprimento das regras e impedimentos estabelecidos em edital, a atuação de forma proba e respeitosa, o desenvolvimento de modelos de negócios inovadores ou teste de novos produtos, serviços, soluções, processos e técnicas experimentais, entre outros.

2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão sobre os aspectos da estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta.

O PL estabelece diretrizes para a política de estímulo à inovação, que incluem a interação e cooperação com órgãos e entidades externas à Administração Pública, com o objetivo de estimular os processos administrativos voltados à absorção dos resultados colhidos nos ciclos experimentais. No contexto do PL, a referência à Lei Complementar Federal n.º 182/21 é feita para justificar a criação do Ambiente Regulatório Experimental de Belo Horizonte (BH Sandbox), um ambiente de teste que permite que empresas, especialmente startups, testem propostas inovadoras no mercado com consumidores reais em um ambiente público.

O artigo 4º do PL estabelece as diretrizes da política de estímulo à inovação por meio do BH Sandbox. Entre estas diretrizes, destaca-se a interação e cooperação com órgãos e entidades externas à Administração Pública, com o objetivo de estimular os processos administrativos voltados à absorção dos resultados colhidos nos ciclos experimentais, como



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

determina o art. 4º, inciso X.

Art. 4º - A política de estímulo à inovação por meio do Ambiente Regulatório Experimental de Belo Horizonte - BH Sandbox - tem como diretrizes:

[...] X - interação e cooperação com órgãos e entidades externas à Administração Pública, de forma a estimular os processos administrativos voltados à absorção dos resultados colhidos nos ciclos experimentais;

Isso sugere que a estrutura organizacional do Executivo e as entidades da administração indireta estarão envolvidas diretamente na implementação e gestão do BH Sandbox.

Além disso, o PL estabelece que os participantes do BH Sandbox têm o dever de atuar de forma proba e respeitosa em relação às instituições públicas, às demais pessoas jurídicas participantes, aos cidadãos, às comunidades afetadas diretamente pela temática do ciclo experimental e ao mercado em geral, conforme o Art. 7º, II. Isso implica que a administração pública, incluindo o Executivo e as entidades da administração indireta, terão um papel ativo na supervisão e interação com os participantes do BH Sandbox.

Não obstante, o PL estabelece que os participantes do BH Sandbox devem apresentar documentos, informações e esclarecimentos exigidos por edital ou solicitados pelo órgão e entidade reguladora, em qualquer fase do ciclo experimental ou após a participação no ambiente BH Sandbox, nos termos do Art. 7º, V. Isso sugere que a administração pública, incluindo o Executivo e as entidades da administração indireta, terá um papel ativo na solicitação e revisão de informações dos participantes do BH Sandbox.

Em resumo, o PL propõe a criação de um ambiente regulatório experimental que envolve diretamente a administração pública, incluindo a estrutura organizacional e administrativa do Executivo e as entidades da administração indireta, tanto na implementação e gestão do BH Sandbox quanto na interação com os participantes do ambiente.

Em última análise, o Projeto de Lei que propõe a criação do Ambiente Regulatório Experimental de Belo Horizonte (BH Sandbox) representa uma oportunidade significativa para estimular a inovação e o empreendedorismo na cidade. Alinhado com a Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Complementar Federal n.º 182/21, o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, o projeto busca criar um ambiente seguro e controlado onde empresas, especialmente startups, possam testar propostas inovadoras com consumidores reais.

A implementação do BH Sandbox não apenas promoverá a inovação e o desenvolvimento econômico, mas também beneficiará a administração pública, permitindo a absorção direta dos resultados obtidos nos ciclos experimentais. Isso pode levar a melhorias significativas na eficiência e eficácia dos serviços públicos, beneficiando a população de Belo Horizonte como um todo.

Além disso, o projeto estabelece direitos e deveres claros para os participantes do BH Sandbox, garantindo que as instituições públicas, os cidadãos e o mercado sejam respeitados e que os processos sejam realizados de forma proba e transparente.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 527/23.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2023.

ROBERTO ELBO
GONCALVES:87
136791634

Assinado de forma digital por
ROBERTO ELBO
GONCALVES:87136791634
Data: 2023.07.03 14:17:42
+0300

Vereador Roberto da Farmácia

Relator


INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 03/07/2023 17:24:03 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer (527-23) Administracao Roberto .docx (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo 52c8ba06e8ec36b4c4b64bf9bac911f56c111b22b7503b974f94551fe3c0ac2e
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=ROBERTO ELBO GONCALVES:***367916**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=38038006000120, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 03/07/2023 17:17:42 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 570/2023

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de parecer que analisa o Projeto de Lei de nº 570/2023 de autoria do vereador José Ferreira, que **"Modifica a redação do art. 29 da Lei nº 10.836 de 29 de julho de 2015"**. À folha 2, encontra-se a justificativa.

A proposição tem parecer da Comissão de Legislação e Justiça pugnando pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Fui designado relator para a matéria na Comissão de Administração Pública, e, é nessa condição, em respeito aos inciso II, alíneas "c" e "g" que passo a fundamentar parecer e voto, nos termos regimentais.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, no Projeto de Lei de nº 570/2023 que **"Modifica a redação do art. 29 da Lei nº 10.836 de 29 de julho de 2015"**, observa-se o desejo do parlamentar em aprimorar o espaço de discussão no Conselho de Assistência Social.

Compete à Comissão de Administração Pública, nos termos das alíneas "g" e "l" do inciso II, do art. 52 do Regimento Interno dessa CMBH opinar sobre matérias que versem sobre: *c) instrumentos de participação popular na administração pública; g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta*. E é, sobre esse aspecto, que emito parecer sobre o projeto.

Em consonância com o proponente,

Este Projeto visa garantir em lei a estrutura da composição mais diversificada de representantes da sociedade belo-horizontina tornando o Conselho Municipal de Assistência Social mais dinâmica e legítima em suas decisões com a participação de representantes do Poder Legislativo, que tem o compromisso constitucional de fiscalizar as ações do Executivo..

CMBH_DIREG-04/JUL/23-15:27:23-003764-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Analisando sob a luz das alíneas supracitadas, a aprovação do projeto em pauta procura equalizar a balança de participação das representações da sociedade ao modificar a atual estrutura de representantes neste importante fórum de discussão.

A participação de representantes do Poder Legislativo, principalmente neste momento em que a contribuição do trabalho dos vereadores é ainda mais concretizado com a destinação das Emendas Parlamentares aprovadas nesta Casa Legislativa, se faz mais necessária para acompanhar a evolução das discussões e necessidades das entidades que prestam inestimável valor para a capital.

Para aprimorar o texto, apresentamos emenda, em consonância com o vereador José Ferreira, para ampliar os espaços de discussão no Conselho Municipal de Assistência Social.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, pugno pela **aprovação** do Projeto de Lei 602/2023, com apresentação de Emenda Substitutiva

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

Vereador Wilsinho da Tabu
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EMENDA

Dá nova redação ao Art. 1º do Projeto de Lei 602/2023:

Art. 1º – O Art. 29 da Lei nº 10,836, de 29 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - O CMAS-BH compor-se-á de 42 (quarenta e dois) membros titulares, e igual número de suplentes, respeitada a paridade entre poder público e sociedade civil, da seguinte forma:

I – 20 (vinte) representantes do Poder Executivo Municipal;

II – 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Municipal;

III - 20 (vinte) representantes da sociedade civil, incluindo representantes de usuários do Suas-BH, de entidades e organizações de assistência social e entidades representativas dos trabalhadores da Política de Assistência Social.

§ 1º - Cada membro poderá representar apenas um órgão, entidade ou instituição.


§ 2º - Os representantes do Executivo serão indicados pelo prefeito.

§ 3º - Os representantes do Legislativo serão indicados pelo presidente da Câmara Municipal.

§ 4º - Os representantes da sociedade civil serão eleitos em foro próprio, em processo a ser coordenado pelo CMAS-BH, em conformidade com o disposto nesta lei e em seu regulamento.

§ 5º - O número de representantes de cada segmento da sociedade civil previsto no inciso II do caput deste artigo, bem como a organização e a regulamentação do processo de escolha dos referidos representantes, serão discriminados nos termos do regulamento desta lei."

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Vereador Wilsinho da Tabu
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.